

pelo casamento entre D. João e D. Leonor de Távora —, cultivou muitas ligações de índole clientelar, e disso mesmo dá conta, por diversas ocasiões, D. João: «o Sr. Enviado me pediu quisesse recomendar Miguel Henriques Gorjão, seu parente...» (p. 39); ou «aqui tenho feito milhares de cartas de recomendação» (p. 89). A par das referências a alianças interfamiliares, a «parentes», a «criaturas» e a «clientes», o jovem aristocrata faz referência, amiúde, aos deveres e às obrigações inerentes aos laços de amizade, enumerando, por vezes com detalhe, os seus amigos mais próximos, indicando sempre de que família aristocrática provinham (p. 91).

Por fim, e antes de concluir, há que referir que D. João de Almeida Portugal dedica algumas linhas à família real de Portugal, em especial por ocasião do falecimento de D. João V, uma morte que, segundo ele, «não causou novidade pelo muito que era esperada» (p. 155). Através das suas cartas é possível entrever o processo de substituição nos postos governativos, o qual costumava acontecer sempre que um rei falecia. D. João de Almeida Portugal chega mesmo a fazer prognósticos sobre os acrescentamentos e as despromoções que eram previsíveis com o advento do novo rei D. José (p. 155), juntando sugestivos apontamentos relativos ao declínio dos dois últimos validos de D. João V, Alexandre de Gusmão e frei Gaspar da Encarnação (p. 157). Uma das derradeiras cartas publicadas neste volume dá conta da cerimónia de aclamação de D. José I (p. 158)

e nela D. João de Almeida Portugal chega mesmo a incluir a sua opinião pessoal acerca do novo rei, destacando a sua afabilidade e acessibilidade no trato com os aristocratas (p. 164).

Em suma, estamos perante uma edição muito oportuna e pertinente, bem reveladora do valor da correspondência enquanto fonte para a história do Portugal do antigo regime.

PEDRO CARDIM

*António Marques da Silva, A Memória dos Bacalhoeiros — Uma Contribuição para a Sua História*, Lisboa, Editorial Presença, 1999.

Num tempo em que a pesca longínqua perdeu boa parte da expressão económica e simbólica que teve até 1974, as memórias dos homens que foram ao bacalhau assumem invariavelmente o sentido de uma evocação épica da «faina maior».

As memórias são por natureza selectivas. Reconstroem o passado segundo mecanismos pessoais e sociais de integração e de exclusão, nem sempre involuntários. É certo que o escrito do comandante Marques da Silva não pretende esclarecer, mas

evocar. Nesse sentido, a vocação do livro é algo intimista: as memórias discorrem num discurso interior, sempre na primeira pessoa. Partindo do presente, reconstroem em registo fechado pedaços de uma memória colectiva sempre mitificada.

A obra do comandante Marques da Silva constitui um belíssimo livro de «imagens» da grande pesca — o «grande officio», como lhe chamou Michel Mollat. Edição cuidada, quase luxuosa, começa por atrair pelas excelentes ilustrações (desenhos e fotos) que apresenta. *A Memória dos Bacalhoeiros* reúne em páginas tão sedutoras quanto herméticas, para os que pouco conhecem o universo simbólico da pesca do bacalhau, fragmentos da vida de um navio bacalhoeiro de pesca à linha que o próprio autor comandou entre 1958 e 1964 — o *Gazela Primeiro*. Toda a «estória», fragmentada em painéis e «imagens» fortes, evoca o navio e a sua gente. Retratos de um realismo composto por afectos e lembranças que, por certo, não deixarão indiferente qualquer leitor.

Construído em 1883, o *Gazela* foi objecto de diversas reconstruções e adaptações. A sua armação singular, de lugre-patacho com velas latinas e redondas, tornaram-no bastante apreciado pelos cultores da grande navegação à vela em Portugal e no estrangeiro. Navio de madeira, com 41 metros de comprimento e 8 de boca, podia carregar 6000 quintais de bacalhau. No espaço exíguo do convés lidavam companhias de 30 a 40 homens. Junto com o *Argus* e o *Creoula* formou o

trio de veleiros mais emblemáticos da frota bacalhoeira, todos eles pertencentes à Parceria Geral de Pescarias, propriedade dos «Bensaúde». Em 1969 cumpriu a sua derradeira campanha de pesca. Dois anos depois, quase centenário, seria adquirido pelo Museu Marítimo de Filadélfia. Ainda hoje navega nos EUA.

Navio de vida longa, o maior da frota quando foi lançado ao mar e o mais pequeno quando abandonou a faina, merece do seu velho capitão uma evocação sempre afectuosa e animista: «Os navios também sentem as condições do tempo, do mar, da visibilidade, de tudo o que os cerca. Quando são construídos de madeira, como o nosso, até se atendermos bem, sentimo-los exteriorizarem a sua boa ou má disposição» (p. 69).

É da vivência desse pequeno mundo em permanente azáfama e ebulição, a faina do *Gazela Primeiro*, que o livro trata numa sequência nem sempre clara para o leitor. É certo que a qualidade do texto, acompanhado em cada capítulo por um léxico que alivia a excessiva densidade de termos náuticos, enriquece a narrativa. Estranha-se, porém, que o autor não tenha o cuidado de organizar os capítulos segundo uma sequência lógica capaz de reconstituir as etapas do labor do navio e dos seus homens, desde o aparelhar, nos meses que precedem a partida, em Abril, ao regresso, por inícios ou meados de Outubro. Sem justificação aparente, o capítulo primeiro começa por contar episódios da viagem de regresso da Terra Nova na volta a norte dos Açores.

res com vendaval e mar de pouca feição.

Perdendo a oportunidade de inserir este painel de recordações numa espessura temporal mais larga, a narrativa opera quase sempre no tempo curto: a faina e o arriar dos dóris; o içar do pano; os trabalhos do convés e do porão; o ciclone e a arribada em St. John; o último trabalho de mestre Mónica nos estaleiros da Gafanha da Nazaré para devolver o *Gazela* ao mar. A reconstituição detida de certos diálogos com oficiais e pescadores — por vezes excessivamente longos para serem exactos — acrescenta aos episódios um realismo e uma vivacidade cativantes. Em vista de uma etimologia da «faina maior», o livro contém informação de qualidade, definindo com a clareza possível um universo linguístico muito próprio, resultado do cruzamento de termos náuticos, expressões populares e corruptelas de vocábulos de língua inglesa.

A partir dos anos 50, a pesca à linha com dóris — botes de madeira que nos «bancos» eram largados do navio com um só pescador a bordo —, sistema que a frota portuguesa foi a última a abandonar, foi alvo de uma intensa curiosidade um pouco por todo o mundo. A França, por exemplo, não apenas porque a guerra determinara a imobilização dos veleiros e o seu abandono, como refere o autor, deixa de aparelhar tais navios e opta em exclusivo por arrastões. Do *grand métier* só os Portugueses mantinham a tradição. O pescador de ba-

calhau, capitão do seu dóri, era o legítimo sucessor dos marinheiros de outrora. Rude, simples, intuitivo e crente, fazia-se ao mar para cumprir um desígnio nacional: pescar bacalhau, trazer à pátria o pão dos mares. Esta imagem estereotipada — que o livro acaba por reproduzir — integrou um conjunto de representações simbólicas sobre a pesca portuguesa do bacalhau que coexistiu com as grandes transformações técnicas das pescas industriais no segundo pós-guerra e que, em parte, lhes opôs resistência.

Num registo emocional, o texto procura, nas palavras do autor, evitar a evocação recorrente do «lado negro dessa vida» que tanto marcou e marca o imaginário marítimo português. Bem sabemos quão ingrato será para os velhos heróis da pesca do bacalhau depararem-se com uma visão dominante desta história cuja interpretação essencial faz de pescadores, oficiais e capitães meros instrumentos da política de «ressurgimento» das pescarias definida pelo Estado Novo e conduzida por Henrique Tenreiro, um dos homens mais detestados e lisonjeados do regime de Salazar. Não cremos, aliás, que esta interpretação esteja isenta de crítica.

As campanhas do *Gazela* lembradas pelo autor ocorrem num período de profundas mudanças dos meios de captura e dos processos de pesca das quais resultou um crescimento ímpar do esforço de pesca das principais frotas mundiais, um processo lento de consciencialização acerca do problema dos recursos marinhos e mudanças

inéditas no regime de soberania dos espaços marinhos. O livro dá-nos a esse respeito uma imagem fiel da indiferença da pesca portuguesa face a esta torrente de transformações dos anos 50 e 60.

Em 1959, por necessidade de reparação, o *Gazela* não largou para os «bancos» da Terra Nova e da Gronelândia. Foi esse um ano de má pesca, o segundo de um ciclo de crise de rendimento das capturas que gerou sérios desequilíbrios financeiros às empresas armadoras, cujos preços mínimos garantidos à produção o governo bloqueara desde 1951 no sentido de auxiliar a política de estabilização económica do pós-guerra. A intransigência do Estado abriria sérias tensões na pirâmide «corporativa» do sector. Apesar da natureza do registo, estranha-se que o problema não mereça uma única referência do autor.

Ao narrar múltiplos aspectos e episódios da vida a bordo, o autor traça um quadro harmonioso da faina do bacalhau, de abnegação e solidarismo entre pescadores e tripulantes. A sensatez do capitão, a experiência e o saber dos oficiais e a disciplina dos pescadores, temperados pela assistência moral e religiosa e pela aguardente que às vezes aquecia o corpo e a alma, afastam qualquer cenário de críspação ou mesmo de violência. É certo que a pesca intensiva e a obsessão de pescar e carregar o navio — estimuladas por um sistema de assalariamento misto, composto por uma soldada fixa e por um comple-

mento proporcional à pesca de cada um — reforçavam as exigências de solidariedade. Não é menos verdade, porém, que a dureza do trabalho, os rigores do tempo, o desânimo e a promiscuidade da vida a bordo durante longos seis meses recalçavam tensões que implodiam amiúde. Será demasiado funesto e exageradamente dramático o cenário de *O Lugre*, de Bernardo Santareno, que, ao tempo, inquietou as autoridades e indignou os armadores. O retrato mais aproximado da realidade andarà algures entre a harmonia que trespassa da obra que agora se publica e a intensidade dramática do texto de Santareno.

Em resumo, não obstante os silêncios — que num escrito desta subjectividade se compreendem e se eximem a uma crítica mais profunda — e apesar da arrumação nem sempre criteriosa dos capítulos, *A Memória dos Bacalhoeiros* constitui, por certo, uma das mais fascinantes evocações da «faina maior» publicadas entre nós. A juntar aos catálogos de exposições realizadas nos últimos anos no Museu Marítimo de Ílhavo, o livro do comandante Marques da Silva coloca à mercê do público interessado informação dificilmente reconstruída por quaisquer investigações no domínio das ciências sociais. Do diálogo entre ambos os registos decorrerá certamente uma leitura enriquecida e problematizante do fenómeno da pesca do bacalhau que importa estabelecer para que a «memória dos bacalhoeiros» não seja unívoca.

ÁLVARO GARRIDO